

A insurreição dos saberes em Michel Foucault

Maria Manuela Alves Garcia

Resumo

O artigo comenta, desdobra e multiplica o sentido do discurso de Michel Foucault acerca da história e de uma analítica dos saberes, enfocando a produtividade para a teoria e a pesquisa educacional de noções como “poder-saber”, “regime de saber” e “regime de verdade”. Defende que o sujeito e a individualidade modernas são ao mesmo tempo produtos e objetos do poder e do saber, e que estes, mesmo sendo aspectos distintos e possíveis de serem dissociados, mantêm uma relação circular: o poder no seu exercício produz saber, e o saber, por sua vez, institui efeitos de poder e verdade que nomeiam os indivíduos e a história de formas particulares. Desde essa perspectiva, a escola e a pedagogia estão profundamente implicadas no governo e no autogoverno da conduta humana e na produção de uma humanidade essencializada, idêntica à sua própria consciência, unitária e soberana de si mesmo e da história. Discute ainda qual a natureza da crítica teórica e da liberdade desde um ponto de vista não humanista.

Palavras-Chave: História; método histórico; poder-saber; subjetivação

Abstract

This article comments on, unfolds, and multiplies the meaning of Michel Foucault’s discourse about history and about an analytics of knowledges, focusing on the productivity, both for educational theory and research, of notions such as “power-knowledge”, “regime of knowledge” and “regime of truth”. It argues that the modern subject and the modern individuality are, at the same time, products and objects of power and knowledge and that these two, even constituting distinct aspects, liable to dissociation, keep a circular relationship: power in exercise produces knowledge; knowledge, in its turn, institutes effects of power and truth which name individuals and history in particular ways. From this perspective, the school and pedagogy are deeply implicated in the government and self-government of human conduct, and in the production of an essentialized humanity, identical to its own conscience, unitary and sovereign of itself and of history. The article also discusses the nature of theoretical criticism and of liberty, from a non-humanist point of view.

Key-words: history; historical method; power-knowledge; subjectivation

Enfrentar-se com o problema da escrita é sempre um desafio e um exercício que envolve uma certa angústia. Ainda mais quando a proposta deste texto é fazer um comentário de aspectos do trabalho de um intelectual que primou pela ausência de compromissos teóricos ou programas políticos futuros; pela recusa de que suas idéias ou hipóteses de trabalho (como gostava de afirmar) fossem enquadradas em fronteiras disciplinares, transformadas em modelos ou quadros de referência; que mais de uma vez expressou sua preocupação com a tendência de um academicismo (na qual estou implicada; que mais não seja, pela força da tradição e do *habitus*), afeito a explicações totalizadoras e coerentes, que acantona ferramentas conceituais utilizadas em contextos específicos no interior de um novo paradigma teórico ou de explicações globalizantes.¹

Comentar, desdobrar, multiplicar o sentido do discurso de Foucault acerca de uma analítica dos saberes, abordando os conceitos de *regime de saber* e *regime de verdade*, as relações de *poder-saber* e suas implicações críticas na investigação de discursos “sérios”, ou com pretensões científicas, é a tarefa que na seqüência tentarei desenvolver. Para tanto, partirei de comentários gerais que apresentam a trajetória intelectual de Foucault para, a seguir, concentrar-me propriamente nas temáticas antes delimitadas. Por último, destaco a natureza da crítica e da liberdade desde uma perspectiva foucaultiana.

A trajetória intelectual de Michel Foucault

Michel Foucault, filósofo por formação, tomou por objeto os saberes e campo de estudo a História do Pensamento, dedicando-se a estudar as condições de emergência de nossas categorias de pensamento e a transformação dos saberes e suas relações intrínsecas com o poder na produção de formas de subjetivação características da Modernidade. Saberes cujo corpo visível, conforme ele mesmo diz no memorial apresentado aos professores do Collège de France, em 30 de novembro de 1969, ao ocupar a cátedra de *História dos Sistemas de Pensamento*, não se resume aos discursos teóricos, científicos ou pretensamente científicos, mas é especialmente “o saber investido nos sistemas complexos de instituições”, materializado em toda uma série de práticas cotidianas e regulamentadas. (Eribon, 1990, p.199)

Dando continuidade ao descentramento operado por Marx, Weber e Durkheim na aplicação dos métodos e teorias da história e, em algumas

¹ Vejam, por exemplo, os comentários de Foucault acerca dos intelectuais, do trabalho intelectual e universitário, disseminados em diversos artigos e entrevistas. Especialmente em “*Microfísica do poder*” (1990), “*Saber y Verdad*” (1991) e “*Verdad, individuo y poder*” (1990e).

questões, opondo-se mesmo a esses clássicos das ciências sociais, Foucault rechaça o discurso histórico como memória, reconstituição de um passado longínquo ou recente, expressão de fatos e verdades que tiveram uma existência “real” em algum tempo e lugar, cujas pegadas o historiador se encarregaria de rastrear construindo continuidades necessárias entre acontecimentos obedientes a determinadas leis de desenvolvimento e a uma lógica exterior à própria história. Opondo-se a uma concepção do discurso como signo de algo que lhe é anterior e exterior, entende que as coisas, os fatos, os próprios sujeitos e objetos históricos emergem como efeitos de práticas discursivas e de configurações históricas e culturais resultantes de um jogo de forças “que não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (Foucault, 1990_b, p.28) e do acidente.

Ao entendimento da história como sucessão de acontecimentos contínuos, busca das origens, das causalidades, das identidades primeiras e essências que repousam em algum lugar e dão sentido e coerência ao nosso presente, Foucault propõe tratar a história como uma “miríade de acontecimentos entrelaçados”, “sem referências ou coordenadas originárias” (ibidem, p.29), totalizações coerentes fundadas no progresso da consciência e na vontade dos sujeitos. Propõe descrever o acontecimento no que ele pode ter de “único e agudo”, privilegiando a descrição das descontinuidades e das rupturas, assumindo o saber histórico como um “saber perspectivo” que inevitavelmente é construído pela narrativa interessada do historiador. Nega a figura de um sujeito fundador do conhecimento e do sentido do discurso, propõe o estranhamento do sujeito e sua consciência como agente histórico fundamental e centro dos acontecimentos sociais e do progresso em direção a formas societárias mais evoluídas e humanizadas. A idéia de progresso é substituída por uma visão que privilegia a singularidade dos acontecimentos, as descontinuidades, as emergências e as rupturas como fruto de relações de força que não obedecem a nenhuma causalidade ou princípio. As investigações históricas que Foucault desenvolveu mostram, concomitantemente, como determinados domínios de objetos foram constituídos; ou objetivados, e como os indivíduos produzem e são produzidos através de determinadas práticas e discursos — modos de subjetivação.

No programa de investigação que desenvolveu no curto tempo de sua vida já é corrente distinguir três domínios de suas pesquisas : a arqueologia do saber, a genealogia do poder, e a genealogia da ética ou da “experiência de si”. Domínios de ordem metodológica que, segundo autores como Morey (1990), apesar de aparecerem em ordem cronológica considerando o curso de suas pesquisas, não se tratam de fases metodológicas sucessivas nas quais um método substitui o outro por esgotamento e impossibilidade do

primeiro. São antes englobamentos mais amplos em que o domínio da genealogia incorpora o da arqueologia e explica o que essa contentava-se em simplesmente descrever. No domínio da ética, Foucault articula a genealogia em torno da questão da subjetividade, das técnicas e tecnologias através das quais nos produzimos enquanto sujeitos morais.

Sem querer entrar no mérito das palavras de Morey (1990), ou das discordâncias que esse tipo de avaliação suscita entre os comentadores de Foucault, interessa-me precisar o fato de que o próprio Foucault não define suas pesquisas ou a evolução de suas problematizações nos termos da passagem de um domínio de ordem metodológico ao outro, mas em termos de uma temática que paulatinamente foi se objetivando ao longo de suas investigações: o sujeito, ou “uma história dos diferentes modos pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos tornaram-se sujeitos” (Foucault,1995,p.231-232); e de uma tarefa: a elaboração de uma “ontologia histórica de nós mesmos” através de três eixos que, segundo diz (ibidem,p.262), já estavam presentes em seus trabalhos iniciais ainda que de uma forma “um tanto confusa”:

“Primeiro, uma ontologia histórica e nós mesmos em relação à verdade através da qual nos constituímos como sujeitos de saber; segundo, uma ontologia histórica de nós mesmos em relação a um campo de poder através do qual nos constituímos como sujeitos de ação sobre os outros; terceiro, uma ontologia histórica em relação à ética através da qual nos constituímos como agentes morais.” (Foucault,1995, p.262)

Propõe uma ontologia e uma história do presente por oposição a uma filosofia da finitude e a uma analítica da verdade. Formula uma história da constituição de nossas identidades e categorias de pensamento, através da análise dos procedimentos de individualização e de totalização que caracterizam as estruturas do poder moderno. Não se trata simplesmente de uma história das idéias ou das representações, mas de como foi possível a constituição de um campo de saberes e de práticas que entraram no jogo do verdadeiro e do falso e tomaram o homem objeto do poder e do saber no sentido de potencializar suas forças, torná-lo útil, produtivo e submisso.

Assim, se nas obras arqueológicas, como em “*A Arqueologia do saber*”, Foucault enfatiza uma análise dos discursos que propõe a primazia da análise enunciativa e a busca das regras de formação do discurso como condição de possibilidade dos saberes, obscurecendo as relações entre o discursivo e o não-discursivo, com “*Vigiar e punir*” inaugura uma analítica na qual essa distinção desaparece, havendo, nas palavras de Deleuze (1995, p.42), um “ajustamento” e uma “penetração” dessas duas formas: o visível

(as instituições, o poder, as normas, os regulamentos, etc) e o enunciável, no que Foucault chama de “máquina” ou de dispositivo de poder-saber (as disciplinas, por exemplo).

Poder-saber, regime de saber, regime de verdade

É exatamente ao tratar do nascimento das sociedades disciplinares nos séculos XVII e XVIII, em “*Vigiar e punir*”, que Foucault demonstra as íntimas conexões dos saberes (em especial, dos saberes das chamadas ciências humanas) com o poder. Posteriormente, aprofundará as relações entre discurso e poder na “*História da sexualidade I: A vontade de saber*” ao investigar a “vontade de verdade” que serviu de suporte e instrumento à proliferação de discursos verdadeiros sobre o sexo.

“*Vigiar e punir*” descreve a passagem de uma economia do poder baseada em tecnologias que têm por alvo o corpo dos condenados e a exaltação do “super-poder” do soberano, a uma economia do poder que estende sua rede de visibilidade ao conjunto da sociedade, utilizando-se de aparatos administrativos e tecnologias de poder que tornam os indivíduos ao mesmo tempo um efeito e um objeto do poder. Como diz Foucault, o século das “luzes” que descobriu as liberdades formais e jurídicas também inventou as disciplinas, nas quais “a formação do saber e a majoração do poder se reforçam regularmente segundo um processo circular”(Foucault,1987,p.196). Surge, assim, com o poder disciplinar, uma nova “anatomia política” do corpo, uma anatomia do poder, cujo princípio geral é o panoptismo que, esquadrinhando o espaço e o tempo e inserindo os indivíduos em um estado consciente e permanente de visibilidade, dispensa coerções e interdições externas e ostensivas, tornando os próprios indivíduos o princípio de sua sujeição. Isso porque retomam por sua própria conta as limitações do poder, fazendo-as funcionar sobre si mesmos.(ibidem,p.179)

É nessa anatomia do poder que Foucault percebe o nascimento das ciências humanas. O poder disciplinar, através de dispositivos como a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame, acompanhados de uma série de técnicas de notação e registro marcam a entrada dos indivíduos no campo do saber, tornando possível as ciências humanas e a fabricação do indivíduo moderno. Dispositivos que, recuperando formas de racionalização há muito aplicadas pela teologia, pelo ascetismo e pelas estratégias militares, integram uma nova economia do poder que funciona, ao mesmo tempo, como técnica de adestramento e normalização dos indivíduos e das populações e mecanismo de individualização que permite a extração de saberes sobre os seres humanos.

Com a circularidade das relações entre saber e poder, Foucault introduz-nos em uma concepção diferenciada, tanto do saber como do poder. Para ele, o saber não é poder, nem vice-versa. Tanto o saber quanto o poder guardam suas especificidades, articulando-se por suas próprias diferenças. Introduz-nos ainda em uma analítica do poder; em uma “microfísica” do exercício ou do funcionamento do poder que amplia nossa compreensão acerca do poder nas sociedades contemporâneas e subverte a pretensão de cientificismo e de verdade de nossos discursos no campo do saber. Diz ele em “*Verdade e poder*”, ao comentar os inconvenientes da aplicabilidade da noção de ideologia (enquanto mistificação) na análise do discurso:

“Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos.” (Foucault, 1990a, p.7)

Por idéias como essas, tornou-se um lugar comum afirmar que para Foucault a verdade não existe. Em opiniões sobre essa questão coletadas por seu discípulo François Ewald, em 1984, Foucault acusa de “*espíritos simplistas*” os que tiram esse tipo de conclusão dos seus trabalhos. As investigações desenvolvidas por Foucault certamente desmentem esse lugar comum. Foucault preocupou-se com a verdade sim. Preocupou-se com a política instituída pelos discursos verdadeiros, com a demanda de verdade que nos tempos modernos investe de poder nossos corpos e almas. Por isso, defende seu trabalho como uma história das relações que unem o pensamento à verdade, uma história do pensamento enquanto pensamento da verdade (idem, 1991, p.231).

“A verdade é deste mundo”, argumenta Foucault . Não existe verdade sem relações de poder que a produzem e sustentam, e não existe verdade sem efeitos de poder. Trata-se então, desde uma perspectiva foucaultiana, de verificar qual a política instituída pela verdade, de verificar qual o seu “regime”:

“Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade; isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.” (Foucault, 1990a, p.12)

E trata-se, para as/os intelectuais, acrescenta Foucault (ibidem, p.14), de saber se é possível instituir uma nova política da verdade; se é possível mudar “o regime político, econômico, institucional de produção da verdade”.

Do ponto de vista de uma análise genealógica dos discursos, as transformações no nível do saber (as mudanças de formas e conteúdos do discurso) não são explicadas por progressos nas formas de racionalidade, nas consciências, ou pela emergência de novos paradigmas e verdades; são antes o resultado da instauração de novos “*regimes*” de verdade, de uma recomposição dos efeitos de poder que circulam entre os enunciados científicos. Em suma, trata-se de traçar a economia política da verdade, as táticas e estratégias de poder dos discursos tidos por verdadeiros.

O alcance das afirmações de Foucault acerca da verdade e dos saberes em suas relações com o poder e a conseqüente exploração desse tema exigem um maior detalhamento da analítica do poder em Foucault. Se Foucault introduziu-nos em uma microfísica do poder com “*Vigiar e punir*”, é em “*A vontade de saber*”, o primeiro volume de sua “*História da sexualidade*”, que apresenta algumas proposições e “regras da prudência” para uma analítica das relações de poder-saber, presentes no discurso sobre o sexo.

Nas proposições sobre o poder, apresentadas em um capítulo de “*A vontade de saber*” dedicado ao *método*, Foucault (1993) resume o fundamental do seu ponto de vista sobre o exercício do poder. Logo de saída trata de se afastar de uma concepção jurídico-repressiva do poder que tem raízes profundas no pensamento político ocidental: o poder não é algo que se possua, ou que se deva procurar em um foco único de soberania, mas é algo que se “exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis”(p.89-90). As relações de poder têm um “papel diretamente produtor”, sendo imanentes a outros tipos de relações (“econômicas, de conhecimentos, sexuais”). As grandes dominações e clivagens sociais, prossegue ele, são efeitos hegemônicos sustentados por uma rede de múltiplos pontos de poder cuja racionalidade é a das táticas inteligíveis e anônimas (guiadas por uma série de miras e objetivos) que se exercem em níveis locais e limitados.

Foucault refuta, assim, uma visão do poder que privilegia quase que com exclusividade o aparelho de Estado e que localiza nas relações de produção a fonte essencial da dominação. Criticando a vulgarização de um certo marxismo que resume o exercício do poder ao aparelho de Estado e o essencial da dominação às relações de produção, Foucault (1990c, p.160) diz: “o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é, no fundo,

titular de um certo poder e, por isso, veicula o poder.” E continua, referindo-se à relação entre produção e dominação: “As redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apóiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem.”(ibidem, p.160)

Se por tanto tempo temos nos acostumado a ver o poder como o outro do não-poder; se nossas críticas têm se pautado pela possibilidade de práticas e regiões do discurso isentas dos efeitos do poder, a analítica do poder proposta por Foucault mostra-nos a impossibilidade dessas pretensões, evidenciando que de um modo ou de outro, seja nos seus aspectos repressivos ou de interdição, seja enquanto positividade e criação, o poder está sempre presente. Aliás, o combate de Foucault foi exatamente contra os poderes mais insidiosos e sutis que, a partir do século XVII, tomam por objeto a vida dos indivíduos e das populações. Um combate dirigido contra os efeitos de poder instituídos pelos discursos científicos ou pretensamente científicos, contra as práticas discursivas regulamentadas ou não, contra as formas sutis de dominação e normalização que “extravazam” dos aparelhos de Estado e cotidianamente tomam por objeto nossos corpos, nossas vidas e nos produzem enquanto sujeitos éticos e morais.

Em “*O sujeito e o poder*”, define a especificidade do poder como “um conjunto de ações sobre ações possíveis” que operam em um campo de possibilidades da conduta dos indivíduos (Foucault, 1995, p.243), insistindo na produtividade do poder e na sua não-redução pura e simples ao exercício da violência. Afirmando que o poder na modernidade combina de forma eficaz, nas mesmas estruturas sociais, tanto procedimentos de individualização como de totalização, em “*A vontade de saber*” define as duas formas principais pelas quais se desenvolveu o poder sobre a vida a partir do século XVII. Apesar de longa, vale a pena transcrever essa passagem:

“Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos — tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e

controles reguladores: uma bio-política da população.”(Foucault, 1993, p.131)

Uma tecnologia de poder de duas faces que tomou por objeto a vida humana, não mais na forma da exaltação do poder do soberano sobre a vida e a morte de seus súditos, mas de forma a gerir a vida dos indivíduos e das populações e de fazê-los entrar no domínio dos “cálculos explícitos” com o auxílio das nascentes ciências humanas, da estatística e da demografia. A essa tecnologia de poder Foucault dá o nome de “bio-poder”. Na era do “bio-poder”, a constituição de um campo de saberes sobre os homens e as populações é correlata à extensão por todo o corpo social de novas técnicas e dispositivos de governo e controle social.

Vê-se então o modo pelo qual Foucault nos alerta para os efeitos de poder relacionados com o saber e a verdade. Sua análise em torno da questão das relações entre poder e saber toma como objeto a maneira pela qual o saber circula e funciona, o seu regime interior de poder, enfim, o “regime de saber”(Foucault, 1995, p.235). Está interessado nas condições que possibilitam a certos discursos circularem como falsos ou verdadeiros, nos poderes instituídos pela verdade, no “regime de verdade” dos discursos com pretensões científicas.

Um exemplo desse tipo de problematização é dado por Foucault em “*A vontade de saber*”, ao investigar as estratégias de poder imanentes à vontade de verdade que tomou o sexo como objeto, colocando-o no centro de petições e demandas de saber. Nessa obra, Foucault (1993) apresenta quatro regras de uma análise que interroga os discursos em dois níveis: “o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o de sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização em tal ou qual episódio dos diversos confrontos produzidos).”(ibidem, p.97) Regras que são, segundo suas palavras, “prescrições da prudência” mas que, lidas cuidadosamente, parecem sintetizar a concepção de Foucault acerca do discurso e suas relações com o poder.

A primeira, a *regra da imanência*. Um termo freqüente no vocabulário de Foucault e já anteriormente utilizado neste texto. Quer dizer, as relações de poder não agem exteriormente sobre a ciência. As relações de poder são a condição de possibilidade de determinados objetos de conhecimento e campos de saber:

“Se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir das relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi

porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos.” (ibidem, p.93)

Foucault propõe que a análise parta do que denomina “*focos locais*” de poder-saber, ao invés de buscar os grandes poderes (econômicos e ideológicos) que deturpam e mistificam a ciência, impossibilitando a emergência da verdade.

A segunda, a *regra das variações contínuas*, refere-se à instabilidade e à mobilidade das posições de poder, à não-fixação definitiva dos indivíduos nas posições de dominador e dominado, ou nas posições do que sabe e do que é privado de saber. Explica Foucault:

“As distribuições de poder, e as apropriações de saber não representam mais do que cortes instantâneos em processos, seja de reforço acumulado do elemento mais forte, seja de inversão da relação, seja de aumento simultâneo dos dois termos. As relações de poder-saber não são formas dadas de repartição, são matrizes de transformações.” (Foucault, 1993, p.94)

A terceira, a *regra do duplo condicionamento*, trata da relação entre os focos-locais de poder-saber e as estratégias globais do poder. Estas só são possíveis porque têm como suporte e ponto de fixação os focos locais; e estes, por sua vez, só funcionam porque encadeados sucessivamente, proporcionam efeitos globais. É a negativa de Foucault a qualquer determinismo nas relações entre o poder e o saber; e a negação de qualquer coisa como a idéia de um centro irradiador de poder que tem seus reflexos nas instâncias mais ínfimas da prática social (ibidem, p.95).

Por último, a *regra da polivalência tática dos discursos*, que trata da instabilidade e mobilidade do próprio discurso, reconhecendo este como o lugar onde se articulam saber e poder. Foucault define o discurso como “uma série de segmentos descontínuos”, elementos discursivos e “blocos táticos” no campo das correlações de força que podem entrar em estratégias diferentes e serem utilizados de forma idêntica para objetivos opostos (ibidem, p.95).

O poder é a condição necessária do saber. Não é algo exterior ao saber que age deturpando ou ocultando uma verdade que se encontra à espera de ser descoberta. O poder necessita do saber, de produzir e criar saber para ser mais produtivo e eficiente. E o saber, por sua vez, tem efeitos de poder e verdade. Somos levadas/os a descobrir o poder onde pensávamos que era impossível, ou seja, nos discursos e saberes que sob a denominação de “ciência” aprendemos a respeitar e a consagrar. É nesse lugar que ele percebe o poder, não como algo exterior, mas como potência e força

criadora. Quero dizer, como condição de possibilidade da própria ciência e de seus objetos.

Por isso, Foucault (1990d) caracteriza a genealogia como a “insurreição dos saberes”. Oposição dos saberes contra os efeitos de poder instituídos pelo discurso científico que, por suas características como a formalização, a coerência, a unidade, o universalismo e a hierarquização, desqualifica, soterra, mascara, subordina e exclui saberes locais e particulares. Isso coloca questões muito interessantes para nós educadores que lidamos cotidianamente com os saberes curriculares e com as verdades da ciência, os quais se mostram a nossos olhos como evidentes em sua supremacia epistemológica e social em relação a outras formas de saber e conhecimento. Não estará em tempo de pensarmos nas implicações dessas idéias para o currículo e para a organização dos saberes escolares?

Creio que Foucault abre-nos imensas possibilidades para o exercício da tarefa crítica que como educadoras e educadores tantas vezes propomos em nossos discursos e práticas. Sua originalidade ao abordar as questões do poder e do saber alerta-nos para os perigos de nossos discursos e para a necessidade de investigarmos os regimes de verdade que cotidianamente instituímos, movidas/os por uma sensibilidade diante das desigualdades sociais e pela esperança em algumas utopias de liberdade e justiça que comumente têm um caráter regenerador e salvacionista.

Mas qual a natureza da crítica desde uma perspectiva foucaultiana? Como se coloca a questão da liberdade desde esse ponto de vista?

Considerações finais

Se, como diz Rajchman (1987, p.68), o termo “crítica” nos remete ao esforço de expor “operações não-reconhecidas de poder na vida das pessoas”, tenho que concordar com ele que Foucault foi um teórico crítico. Mas, como ele mesmo reconhece e desenvolve de forma analítica, Foucault foi portador de uma crítica singular.

A teoria crítica de Foucault afasta-se das tradições da teoria crítica da Escola de Frankfurt e de Habermas que influenciaram amplamente o nosso pensamento de esquerda. Imbuídas/os da doença do esquerdismo de combater posições e linhas, e de fundamentar nossa crítica tendo por modelo a atingir uma utopia política e social emancipadora, é compreensível nossa dificuldade em assimilar a natureza da crítica desde uma perspectiva foucaultiana. Um tipo de crítica que não se utiliza da linguagem da alienação, da mistificação ou da repressão; que não assume a forma de uma crítica geral e abstrata do Estado e da economia, e que não oferece projetos políticos para o futuro. Enfim, nas palavras de Ewald (1993), um “pensamento sem compromissos”.

A crítica em Foucault é a eterna revolta que evidencia as formas históricas da constituição do sujeito, a arbitrariedade da idéia de necessidades universais do ser humano, a arbitrariedade das instituições, das normas e das racionalidades que nos governam e com que nos governamos. Como já se enfatizou, seu principal combate foi contra o “governo da individualização”, contra essas formas de governo que atam os indivíduos à sua própria identidade e os subjugam a outrem. Assim, a crítica foucaultiana é uma crítica da crítica, ou uma “hiper-crítica”, no dizer de Veiga-Neto (1996). Uma crítica regional, sem programa ou teleologia, que se volta sobre si mesma para perguntar as condições de possibilidade de sua própria racionalidade.

Em entrevista de 1982, publicada com o título de “*Verdad, individuo y poder*”, Foucault expressa sua desconfiança acerca do legado da tradição humanista em crenças sobre questões como o conhecimento, o homem, a liberdade, os direitos humanos:

“Cierta idea o modelo de humanidad ha ido desarrollándose a través de estas distintas prácticas — psicológica, médica, penitencial, educacional — y ahora la idea de hombre se ha vuelto normativa, evidente, y supuestamente universal. Puede que el humanismo no sea universal, sino bastante relativo a cierto tipo de situación. Lo que llamamos humanismo ha sido utilizado por marxistas, liberales, nazis, católicos. Esto no significa que tengamos que eliminar lo que llamamos derechos humanos o libertad, sino que no podemos decir que la libertad o los derechos humanos han de limitarse a ciertas fronteras.(...)”

Lo que me asusta del humanismo es que presenta cierta forma de nuestra ética como modelo universal para cualquier tipo de libertad. Me parece que hay más secretos, más libertades posibles y más invenciones en nuestro futuro de lo que podemos imaginar en el humanismo, tal y como está representado dogmáticamente de cada lado del abanico político: la izquierda, el centro, la derecha.”(Foucault, 1990e, p.149-150)

As palavras de Foucault falam por si mesmas e são suficientemente contundentes para dispensar qualquer comentário que eu possa fazer para multiplicar o seu sentido.

Foucault convida-nos a um trabalho sem trégua de auto-modelamento de nossas idéias, convicções e práticas. Desafia-nos a desvelar a política instituída pelas práticas discursivas que nos formam e conformam. Desafia-nos, tanto no trabalho como na vida, a tornarmo-nos aquilo que ao princípio não éramos. Desafia-nos a um trabalho crítico sem o

aprisionamento de certezas no horizonte ou de utopias de chegada. Enfim, desafia-nos.

Referências

- DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- ERIBON, Didier. *Michel Foucault*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- EWALD, François. *Foucault; a norma e o direito*. Lisboa, Vega, 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir; história da violência nas prisões*. 5 ed, Petrópolis, Vozes, 1987.
- _____. *Microfísica do poder*. 9 ed, Rio de Janeiro, Graal, 1990.
- _____. Verdade e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. 9 ed, Graal, 1990a, pp. 1-14.
- _____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: _____. *Microfísica do poder*. 9 ed, Graal, 1990b, pp.15-37.
- _____. Sobre a geografia. In: _____. *Microfísica do poder*. 9 ed. Graal, 1990c, pp.153-165.
- _____. Genealogia e poder. In: _____. *Microfísica do poder*. 9 ed, Graal, 1990d, pp.167-177.
- _____. Verdad, individuo y poder. In: FOUCAULT, Michel. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona, Paidós Ibérica, S.A. e I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 1990e, pp.141-150.
- _____. El interés por la verdad. In: _____. *Saber y verdad*. Madrid, Las Ediciones de La Piqueta, 1991, pp.229-242. (Coleção “Genealogia del poder”)
- _____. *História da sexualidade I ; A vontade de saber*. 11 ed, Rio de Janeiro, Graal, 1993.
- _____. *A arqueologia do saber*. 4 ed, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.
- _____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul & DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995, pp. 231-249.

- MOREY, Miguel. Introducción: la cuestión del método. In: FOUCAULT, Michel. *Tecnologías del yo e otros textos afines*. Barcelona, Paidós Ibérica S.A. & Instituto de Ciencias de la Educación de la Universidade Autònoma de Barcelona, 1990. p. 9-44.
- RAJCHMAN, John. *Foucault: a liberdade da filosofia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1987.
- VEIGA-NETO, Alfredo. *A ordem das disciplinas*. Porto Alegre: PPGEDU/UFRGS, 1996. (Tese de doutorado)

Maria Manuela Alves Garcia, doutora em Educação pela UFRGS, é professora de Teoria e Prática do Ensino no Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFPeL. É autora de *A Didática no Ensino Superior* (Papyrus, 1994) e co-organizadora de *Trabalho docente: formação e identidades* (Seiva, 2001). Entre os diversos artigos que publicou destaca-se "O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu" (Cadernos de Pesquisa, n.97).

E-mail: garciamma@terra.com.br

Artigo recebido em junho/2001